



RELATÓRIO E PARECER DO AUDITOR EXTERNO

Senhores Membros da
Assembleia Municipal

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, vimos submeter a V.Exas. o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e dar parecer sobre a Execução orçamental, o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras, do Município de Ílhavo, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, dando, assim, cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão considerada adequada, a atividade desenvolvida. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos regulamentos.
2. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos, nesta data, a respetiva Certificação Legal das Contas.
3. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - a) o Balanço, a Demonstração dos resultados e o correspondente Anexo e os Mapas de execução orçamental, complementados com o teor da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Município e dos seus resultados;
 - b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - c) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade do Município, evidenciando os aspetos mais significativos; e
 - d) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições legais.
4. Face ao exposto, e tendo em consideração o teor da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que o Relatório de gestão e as Contas estão de acordo com as disposições legais aplicáveis, pelo que poderão ser apreciadas.

Porto, 17 de abril de 2015

O AUDITOR EXTERNO

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda

Representada por:

Helder Manuel Martins Pereira - ROC N.º 1222





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Município de Ílhavo**, as quais compreendem o Balanço em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze, (que evidencia um total de 174.933.693 euros e um total de fundos próprios de 103.894.511 euros, incluindo um resultado líquido de 3.889.606 euros), a Demonstração dos resultados e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de 22.908.957 euros de despesa paga e um total de 24.888.450 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Câmara Municipal a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto às limitações descritas nos parágrafos nº. 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Câmara Municipal, utilizadas na sua preparação;
- a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efetuadas;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. O Município possui mapas de inventário dos bens móveis e imóveis, elaborados de acordo com o previsto, na Portaria 671/2000, de 17 de abril. No entanto, não está assegurado de forma inequívoca que estes incluem a totalidade do imobilizado e pelos valores adequados. Assim, não nos é possível aferir sobre a razoabilidade dos montantes incluídos nas várias rubricas do imobilizado (bens de domínio público e imobilizado corpóreo que ascendem, respetivamente, a 49.871.476 euros e 103.295.426 euros), e por consequência das correspondentes amortizações e dos proveitos diferidos associados aos subsídios ao investimento.

8. Até à data da emissão do presente relatório não obtivemos resposta e não foi possível através de procedimentos alternativos obter informação de dois dos advogados com quem o Município de Ílhavo trabalha. Assim, não nos é possível assegurar que todas as eventuais responsabilidades decorrentes de processos judiciais ou outros encargos se encontram adequadamente reconhecidos e divulgados, nas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2014.

Opinião

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos nº. 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município de Ílhavo**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector da Autarquias Locais em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião, que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.



Ênfases

11. Sem afetar a opinião, chamamos a atenção para as seguintes situações:

11.1. Confor me divulgado na alínea D) da nota “Outras informações relevantes”, corre um processo judicial, que visa a aquisição por “acessão industrial imobiliária”, cujo montante, data e contraparte se encontram ainda por determinar.

11.2. Por imperativo da DGAL, os empréstimos estão a ser considerados no médio e longo prazo, na sua totalidade, quando as amortizações de capital em 2015 serão de cerca de 2.111.045 euros, conforme evidenciado em linha autónoma no balanço.

11.3. As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, não foram sujeitas a revisão legal das contas.

Porto, 17 de abril de 2015

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda

Representada por

Helder Manuel Martins Pereira - ROC N.º 1222

